

ano 11 – n. 31 | setembro/dezembro – 2022

Belo Horizonte | p. 1-248 | ISSN 2238-9695

R. Fórum de Dir. Civ. – RFDC

Revista Fórum de  
DIREITO CIVIL

# RFDC

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

Editorial.....	7
----------------	---

## **DOCTRINA E ATUALIDADES**

Publicidade comportamental na internet e o direito à autodeterminação informativa

<b>Jéssica Mapeli dos Anjos, Marcos Jorge Catalan.....</b>	<b>13</b>
1 Introdução.....	13
2 Pontos relevantes sobre o conjunto da publicidade e tratamento de dados.....	15
3 A publicidade comportamental ou direcionada na internet.....	19
3.1 O rastreio através dos <i>cookies</i> e as políticas de publicidade da Google e Instagram.....	19
3.2 Da publicidade comportamental ou “Online Behavioral Advertising – (OBA)”.....	24
4 O direito à autodeterminação informativa.....	29
5 Conclusão.....	35
Referências.....	37

Impactos da pandemia na cobertura securitária de lucros cessantes: seguradoras podem ser acionadas para indenizar danos causados pela interrupção de negócios em razão da pandemia?

<b>Mariana Torres.....</b>	<b>41</b>
Introdução.....	41
1 O “dano físico” nos seguros de lucros cessantes – também chamados de seguros de interrupção de negócios.....	42
2 Covid-19 e a cobertura securitária de lucros cessantes: seguradora deverá cobrir os prejuízos resultantes da interrupção de negócios em razão da pandemia?.....	46
2.1 Enquadramento como caso fortuito ou onerosidade excessiva? Soluções aplicáveis.....	46
2.2 Apólices que excluem a cobertura securitária em casos de “pandemias e epidemias”.....	48
2.3. Previsão de “dano físico” no clausulado.....	50
2.4 Apólices genéricas e imprecisas.....	51
3 Conclusão.....	53
Referências.....	55

A tutela de direitos da personalidade sob a ótica da Análise Econômica do Direito

<b>Carlos Antonio Matos da Silva.....</b>	<b>57</b>
Introdução.....	57
1 Ato ilícito.....	58
2 Dano moral.....	62
3 Tutela dos direitos da personalidade.....	64
3.1 Tutela inibitória.....	66
3.2 Tutela de remoção do ilícito.....	71

3.3	Responsabilidade civil .....	71
3.3.1	A fórmula de Learned Hand.....	74
3.3.2	Quantificação do dano moral.....	77
	Considerações finais.....	79
	Referências .....	81

**Alienação da nua-propriedade com instituição onerosa de usufruto:  
funcionalização do Direito, sob a luz da Constituição**

<b>Matheus Faria Carneiro</b> .....	83	
1	Introdução.....	83
2	Dos direitos reais em coisa alheia.....	85
3	Do usufruto e da sua instituição a título oneroso.....	86
4	Funcionalização do usufruto na legalidade constitucional .....	89
5	Conclusão .....	92
	Referências .....	92

**DIÁLOGOS**

**Violência obstétrica e a conduta médica nas relações de consumo**

<b>Monalisa Orlandi Vargas</b> .....	97	
1	Introdução.....	97
2	A violência obstétrica: limites e possibilidades.....	98
3	A conduta médica nas relações de consumo: contornos necessários .....	104
4	A reparação dos danos produzidos em razão de violência obstétrica: uma análise sob a ótica da responsabilidade contratual .....	113
5	Conclusão .....	120
	Referências .....	121

**O consumidor hipervulnerável e o crédito consignado à luz da lei do superendividamento**

<b>Walas Werdan Curty, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral</b> .....	127	
	Considerações iniciais.....	128
1	Crédito consignado: contextualização e margem consignável .....	129
2	Excessiva oferta de crédito consignado ao consumidor hipervulnerável, seu progressivo endividamento e a tutela da Lei nº 14.181/21 .....	132
3	Alterações advindas da Lei nº 14.181/2021e a importância do conteúdo do artigo 54-E vetado.....	138
	Considerações finais.....	144
	Referências .....	146

**AGENDAS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL**

**DOSSIÊ: Relações privadas nos 20 anos do Código Civil: evolução e perspectivas**

**Autodeterminação existencial e autonomia privada em perspectiva**

<b>Paulo Lôbo</b> .....	151	
	Demarcando o tema.....	151
	Podem os sujeitos privados produzirem normas jurídicas? .....	153
	Precisando os termos a empregar .....	155
	Autodeterminação existencial.....	157
	Autonomia privada negocial .....	159

Autonomia privada como conceito de limites .....	162
Conclusão .....	163
Referências .....	164
Revisão doutrinária dos alimentos nos 20 anos de vigência do Código Civil	
<b>Dimitre Braga Soares de Carvalho</b> .....	167
1 Dos alimentos a partir do Código Civil de 2002 .....	167
2 Do Conceito de alimentos e sua abrangência doutrinária.....	169
3 Conteúdo social dos alimentos .....	172
4 Alimentos na perspectiva da Teoria do Patrimônio Mínimo.....	174
5 Natureza jurídica dos alimentos .....	175
6 Da tendência contemporânea de contratualização dos alimentos.....	176
7 Breves conclusões.....	178
Referências .....	178
Reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva e multiparentalidade: uma análise da evolução da filiação na vigência do Código Civil de 2002	
<b>Karina Barbosa Franco, Camila Buarque Cabral</b> .....	181
Introdução .....	181
1 A evolução da filiação no ordenamento jurídico brasileiro .....	182
2 Parentalidade socioafetiva e multiparentalidade extrajudiciais: a desjudicialização dos vínculos de filiação .....	186
3 As alterações promovidas pelo Provimento nº 83/19 do CNJ e o necessário enfoque no melhor interesse da criança e do adolescente .....	189
Considerações finais.....	195
Referências .....	197
Da “concorrência sucessória” entre cônjuge e companheiro sobreviventes: a necessidade de uma interpretação sistemática dos efeitos da separação de fato na sucessão legítima	
<b>Patricia Ferreira Rocha</b> .....	201
Introdução.....	201
1 Os efeitos da separação de fato no direito sucessório e a possível “concorrência” entre cônjuge e companheiro sobreviventes.....	202
3 A família instrumento e seus reflexos no direito à herança no casamento e na união estável.....	207
4 A necessária interpretação sistemática da situação sucessória do cônjuge separado de fato .....	211
Conclusão .....	214
Referências .....	215
O que a jurisprudência do STJ sinaliza sobre o tratamento jurídico dos defeitos nos testamentos	
<b>Ana Carolina Brochado Teixeira, Maria Cristina Santiago</b> .....	217
1 Introdução.....	217
2 Testamento: estrutura e função .....	219
3 A validade do testamento diante do descumprimento das exigências formais segundo o STJ.....	221
4 Conclusão .....	228
Referências .....	229

CARTA DE BLUMENAU

XI Agendas de Direito Civil Constitucional..... 231

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial – Direito Civil – Revisão contratual – Covid-19 – Locação não residencial – Empresa de *coworking* – Decreto distrital – Suspensão das atividades desenvolvidas pela empresa locatária – Pretensão de redução proporcional do valor dos aluguéis durante as medidas de restrição – Cabimento – Reestabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do contrato – Artigos 317 e 479 do Código Civil – Teoria da onerosidade excessiva – Enriquecimento sem causa do locador – Situação externa – Repartição dos ônus – Função social e boa-fé contratual. Recurso Especial nº 1.984.277/DF ..... 235